



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Divisão sociosexual e racial do trabalho

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA E TRABALHO E AS ARTICULAÇÕES ENTRE RACISMO, SEXISMO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA¹

JOYCE SANTOS²

RESUMO

O artigo busca evidenciar o racismo e sexismo como mecanismos de barganha de negros e negras no mercado de trabalho brasileiro, os quais são determinações fundamentais à dinâmica da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro. Trata-se de pesquisa bibliográfica e exploratória, apoiada também em dados estatísticos.

Palavras-chaves: Racismo, Sexismo, Superexploração, Mercado de trabalho

RESUMEN

El artículo busca resaltar el racismo y el sexismo como mecanismos de bloqueo de hombres y mujeres negros en el mercado laboral brasileño, que son determinaciones fundamentales de la dinámica de superexplotación de la fuerza laboral en el capitalismo dependiente brasileño. Se trata de una investigación bibliográfica y exploratoria, sustentada también en datos estadísticos.

Palabras clave: Racismo, Sexismo, Sobreexplotación, Mercado laboral

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2023, em alusão ao Dia da Consciência Negra, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), publicou um boletim informativo intitulado “*As dificuldades da população negra no mercado de trabalho*”³. Em síntese, este documento demonstra a disparidade entre negros e não negros no acesso ao emprego no Brasil. Embora o último censo demográfico tenha constatado que 55,5% da população se autodeclara preta ou parda, este dado não se materializa no acesso ao mercado de trabalho. Mesmo que em 2023, tenha-se uma singela melhora na atividade econômica do País, após ampla queda no contexto pandêmico, com a diminuição da taxa de desocupação e o aumento do salário-mínimo, para a parcela negra da classe trabalhadora, a desocupação, informalidade e baixos salários, seguiram como normalidade. Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros correspondem a mais da metade dos desocupados (65,1%). A taxa de desocupação das mulheres negras é de 11,7% e uma em cada seis (16%) mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica. Os negros ganhavam 39,2% a menos do que os não negros, em média. 46,1% da população negra ocupada trabalhava informalmente. Entre as mulheres negras, 46,5% trabalhavam sem carteira assinada e não contribuía com a Previdência Social.

Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos negros é menor do que a média da população (DIEESE, 2023). Em relação às mulheres, estas hierarquias são ainda mais discrepantes, havendo, portanto, um verdadeiro abismo entre homens brancos e mulheres negras no mercado competitivo de trabalho. Os dados fornecidos pelo DIEESE, nos permitem verificar a continuidade das abissais diferenças entre negros e não negros no mercado de trabalho. Até 2022, tem-se um crescimento da precarização na ocupação e queda de renda para toda a população, o que aprofundou a desigualdade para a parcela negra da classe trabalhadora. Lélia González ao analisar o censo de 1980 e as particularidades de negros e negras no acesso ao trabalho no Brasil, chegou a conclusões que seguem pertinentes no que tange a hierarquização racial e sexual do mercado de trabalho brasileiro. Para a autora, a mão de obra da população negra permanece confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração. Para Lélia,

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho, onde pessoas brancas, mesmo as que não tem propriedade dos meios de produção, acabam sendo beneficiárias do privilégio (racial) e da exploração. Por exemplo, entre contratar para um cargo bem remunerado uma pessoa negra e uma pessoa branca, ambas com as mesmas

³ <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qualificações, a pessoa branca será favorecida nessa competição. “Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc.” (González, 2020, p. 46).

Embora as nomenclaturas tenham mudado, e outros elementos conjunturais somem-se às expressões contemporâneas da desigualdade no Brasil, o cerne das avaliações da autora segue pertinentes para pensar o Brasil. Uma dessas expressões, pode ser observada na continuidade do trabalho doméstico remunerado como um posto de trabalho majoritariamente ocupado por mulheres negras. Neste mesmo estudo, notamos que uma em cada seis (15,8%) de mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica – uma das ocupações mais precarizadas em termos de direitos trabalhistas e reconhecimento social.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)⁴ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 o perfil sócio-demográfico predominante entre as 6.067 mil pessoas ocupadas em serviços domésticos no Brasil era de: 92% de mulheres, a maioria delas, negras (66%), com idade entre 45 e 59 anos (42%) e escolaridade inferior ao ensino médio completo (63%). A desproteção social é uma das expressões predominantes nos dados sobre trabalho doméstico no Brasil. Em 2023, 77% das mulheres negras ocupadas em serviços domésticos e 75% das não negras trabalhavam sem carteira assinada. No mesmo ano, o rendimento médio recebido pelas trabalhadoras em serviços domésticos também permanecia inferior ao rendimento recebido pelo total de mulheres ocupadas: R\$ 1.122,00 contra R\$ 2.510,00, respectivamente. Em síntese, as trabalhadoras domésticas ganhavam em média menos da metade (45%) do rendimento médio recebido pelo total de mulheres ocupadas. Valor que é inferior ao salário-mínimo vigente em 2023 (R\$ 1.320,00).

Neste sentido, este artigo tem por objetivo evidenciar que as altas taxas de desocupação, informalidade e desproteção social de negros e negras no mercado de trabalho, correspondem à normalidade do capitalismo dependente brasileiro, no qual o desemprego é estrutural, a superexploração é a forma particular de extração de valor (Marini, 2011) e o racismo, sexismo são engrenagens fundamentais à organização dessa superexploração como padrão inerente às relações de produção-reprodução nesse território (Souza, 2023). Para isso, apontamos um caminho teórico-metodológico que nos fornecem elementos introdutórios para pensar o trabalho no Brasil, à destacar: a formação social brasileira e latino-americana, marcada pelo escravismo

⁴ <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.html>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

colonial (Gorender, 2016; Moura, 2014; Souza, 2020), a constituição de um capitalismo dependente assentado na superexploração da força de trabalho (Marini, 2000; Souza, 2020), como também a recriação dos mecanismos racistas de dominação ideológica que sustenta as relações capitalistas neste território e constituem o racismo e sexismo como elementos estruturais da sociedade de classes (Moura, 2014; Souza, 2020; González, 2020; Oliveira, 2021).

A partir da contribuição destes autores e autoras que se dedicaram/dedicam a pensar a formação sócio-histórica do Brasil e a classe trabalhadora brasileira compreende-se que não há uma mera ocasionalidade na forma estratificada que se encontra a ocupação dos postos de trabalho no Brasil. Também é insuficiente apontar que desqualificação profissional e inaptidão para as demandas do mercado como as únicas razões para a não inserção ou inserção precarizada de negros e negras no mercado de trabalho. Neste sentido, cabe destacar que a elaboração de políticas públicas no Brasil que pensaram o acesso à direitos básicos para reprodução social da classe trabalhadora, como educação, moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, também corroboram com o imobilismo social de negros e negras na sociedade de classes, uma vez que os dados da realidade social, também apontam o racismo no acesso as políticas públicas.⁵

Portanto, neste artigo, apresentamos um debate introdutório sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, como também algumas discussões a partir dos dados apresentados no boletim informativo do DIEESE (2023). O artigo está organizado nas seguintes partes: “A história que a história que não conta”: *Passado-presente* da exploração do trabalho no Brasil; Divisão social, sexual e racial do trabalho no Brasil e a articulação dialética entre racismo, sexismo e superexploração, seguidas das considerações finais.

2. “A história que a história que não conta”: *Passado-presente* da exploração do trabalho no Brasil.

Com base nas leituras de Marini (2011); Moura (2014), partimos do entendimento de que a formação social brasileira, tem seu passado-presente estruturado pelo colonialismo, escravismo e pelas relações de dominação que determinaram a sua inserção desigual e dependente na

⁵<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibgemostra-as-cores-da-desigualdade>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

economia internacional, demarcada pelas relações imperialistas que drenam riquezas das periferias para os centros (interna e internacionalmente). ,

Com base em Gonzalez (2020), entendemos que ao debate do capitalismo dependente e do imperialismo importam também as determinações de gênero, raça/etnia, territórios, e sexualidades que fazem parte da heterogeneidade que compõe a classe trabalhadora brasileira. Assim como Moura (2021), a autora apresenta importantes elementos para pensar a constituição de um mercado de trabalho “livre” que emerge após quatro séculos de escravização, e que certamente, apresentou processos de continuidade e descontinuidade das relações sociais estabelecidas sob o escravismo e da transição do modo de produção escravista (Gorender, 2016), para o capitalismo dependente. Através desses autores e autoras, compreendemos que a dinâmica produtiva do capitalismo dependente, jamais incorporou grande parte da população juridicamente liberta após a abolição, ao passo que ainda ampliou a oferta de força de trabalho com as políticas imigrantistas de trabalhadores brancos de origem europeia, complexificando os mecanismos de seleção e barragem da força de trabalho a ser empregada. Com isso, temos um mercado de trabalho que já nasce inflado, com uma força de trabalho disponível que, além de não ser priorizada, é também subutilizada, mas cumpre o papel de pressionar o rebaixamento salarial daqueles que estão formalmente empregados, conformando as bases da superexploração como condição normal de reprodução do capital nesses trópicos⁶. Nesse quadro, o racismo e o sexismo operam também para a cisão da identidade de classe e da organização política dos(as) trabalhadores(as) em geral.

. Neste sentido, destacamos o papel do racismo e do sexismo no processo de ordenamento da força de trabalho para a superexploração, e como esses mecanismos ideológicos foram basilares para hierarquizar o trabalho no Brasil e delegar uma estratificação social, que tem raça e gênero como importantes determinantes.

O racismo, enquanto articulação ideológica conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e

⁶ Normalidade que, de acordo com Marini (2011) se dá em decorrência da condição dependente da nossa economia e das cisões no ciclo de reprodução do capital. A Transferência de valor das economias dependentes para as centrais resulta em mecanismos internos de compensação, os quais, em última instância, revelam a transferência para os trabalhadores e trabalhadoras em geral, e em particular para a parcela negra da classe trabalhadora, dos custos da *reprodução social*, material e espiritual da vida, à medida que lhe roubam parte da riqueza social produzida, seja por meio do prolongamento das jornadas de trabalho e/ou rebaixamento do valor dos salários e impõem condições extremamente degradantes e desprotegidas, sob as quais a maior parcela dessa classe não tem como garantir o mínimo necessário para reprodução adequada como força de trabalho, tampouco como ser humano em plenitude. A dinâmica da superexploração coloca formas desiguais e combinadas de organização social que sobrecarregam a parcela negra, sobretudo as mulheres negras, com os custos de reprodução do capital (Souza, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compartilhada pelas formações socioeconômicas e capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (González, 2020, p. 96).

Em sua obra, González (2020), estabelece diálogo com o intelectual argentino José Nun, a partir do qual argumenta que a população negra ocupa um lugar de “massa marginal” nas relações de trabalho no Brasil. Essa afirmação, parte da interlocução com a categoria *ejército industrial de reserva* presente na obra de Marx (2012), que remete a uma superpopulação relativa, que a partir da lógica capitalista, cumpre função de comprimir os salários dos formalmente empregados já que gera um “exército de força de trabalho disponível”, que pode ser acionada sempre que necessária. Para González (2020), temos no Brasil, um contingente populacional excedente que não integra o mercado formal de trabalho, nem na condição de “reserva”, mas é preciso ir além dessa colocação para entendermos a relação desse contingente com a superexploração da força de trabalho e a reprodução do capital. Categoria similar, encontra-se na obra de Moura (1983), que apresenta a categoria de *franja marginal*, informando que:

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o *ejército industrial de reserva* no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (Moura, 1983, p.133).

No capítulo 24 d’O Capital - “A assim chamada acumulação primitiva” Marx (2012), apresenta a gênese da constituição do capitalismo. O autor destaca a separação dos trabalhadores dos meios de produção e a compulsória e abrupta transformação desses sujeitos desapropriados em vendedores de força de trabalho. Chamamos atenção, para a particularidade deste processo, para os países de herança escravista e colonial, que até hoje, seguem presos às amarras da dependência e do imperialismo. No caso Brasileiro, os mais de 400 anos de escravização negra e indígena incidiram em profundas contradições políticas, econômicas, culturais e sociais. Dentre elas, à histórica marginalização de negros e negras no mercado de trabalho, que como explicitado por Moura (1983), cria uma franja marginal, a medida que força o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

rebaixamento salarial dos formalmente empregados mas também mantém a “reserva da reserva” de peles negras, sempre disponíveis.

Uma importante percepção sobre essas relações estabelecidas no mercado de trabalho, e de maneira geral em toda a realidade social brasileira, é que não se trata de um descompasso no processo de desenvolvimento capitalista, pelo contrário, o racismo e o sexismo operantes, na verdade expressam a condição de normalidade do funcionamento do sistema capitalista. Normalidade que impõe necessariamente que pessoas racializadas como negras estejam exatamente onde estão, cumprindo o papel de reserva da reserva. Não se trata de um atraso, ou de um “erro” a ser superado com o desenvolvimento das forças produtivas, a manutenção da miséria decorrente da superexploração e, portanto, mediada pela hierarquização de raça e de gênero expressa o funcionamento normal do capitalismo brasileiro.

Moura (2014), ao analisar o racismo e sua dialética com a luta de classes, enfatiza que ele tem, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. Gorender (2016) adensa a reflexão sobre racismo e capitalismo e nos ajuda a pensar que a classificação das pessoas pela sua cor/etnia é vantajosa para o capital, justamente pela manutenção dessas diferenças como sub-classificação entre os trabalhadores e realocação social dos que terão por exemplo, os salários mais rebaixados.

Avaliados segundo a raça e não segundo a qualificação profissional, os negros são comprimidos nos porões da sociedade e constituem um viveiro de mão de obra barata. A urbanização e a industrialização proporcionam aos negros maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Porém não conduzem necessariamente à eliminação da discriminação racial e à supressão das restrições sociais inferiorizantes dos indivíduos discriminados (Gorender, 2016, p. 222)

Pelo exposto, partimos do pressuposto que pensar a situação da classe trabalhadora brasileira, bem como as evidentes contradições postas no mercado de trabalho, passa, necessariamente, pela compreensão da formação sócio-histórica do Brasil e dos mecanismos ideológicos de barragem social, a destacar o racismo e o sexismo, hierarquizadores da força de trabalho e precursores de uma construção social que tem por base um ser/pensar/agir que naturaliza tais desigualdades como normalidade das relações sociais no Brasil, assim como busca camuflar sua existência com o desenvolvimento do mito da democracia racial.⁷

⁷ “Numa sociedade onde a divisão racial e sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (González, 2020, p. 109).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. Divisão social, sexual e racial do trabalho no Brasil e a articulação dialética entre racismo, sexismo e superexploração

Para dar profundidade na análise da relação entre racismo, sexismo e superexploração e suas determinações para o mercado de trabalho no Brasil, é necessário explicitar a heterogeneidade que compõe a classe trabalhadora brasileira. E para isso precisamos atentar para a divisão social, sexual e racial do trabalho que determina acordos ora silenciosos ora mais explícitos, sobre os papéis e funções sociais que cada indivíduo cumpre na divisão do trabalho⁸. No que tange à divisão sexual do trabalho, para Kergoat (2009),

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...). (Kergoat, 2009, p. 67).

Desta forma, pensamos as elaborações aqui propostas, tendo a classe trabalhadora brasileira como ponto de reflexão, e os acúmulos de Lélia Gonzalez nos ajudam a pensar diversos componentes na exploração das mulheres no sistema capitalista. Para a autora, os processos de transformação social vivenciados pela sociedade brasileira, não foram suficientes para favorecer as mulheres negras no que tange aos grandes desafios de sua existência. Analisando o período após o estabelecimento da Ditadura Militar de 1964 e os processos de modernização conservadora (que para Gonzalez, conserva as relações sociais desiguais, sobretudo, para negros e negras), tem um papel ainda mais imobilizador para as mulheres negras:

Se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram a mulher, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a

⁸ Vale ressaltar assim, que consideramos que existem compreensões e realidades distintas acerca da divisão do trabalho em diferentes sociedades, inclusive, atentar para essas diferenças são fundamentais para a não transposição de categorias e pensamentos que não se aplicam para qualquer território, realidade e cultura. A socióloga nigeriana Oyèwùmí (2021), considera importantes aspectos sobre a lógica ocidental no que tange a gênero e a própria construção do ser mulher na sociedade, que segundo a autora, não tem o mesmo sentido para países africanos, sobretudo, antes da colonização. Para Oyèwùmí (2021), “o surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, na imposição de um Estado colonial patriarcal”. (2021, p. 189). Tais considerações, nos permitem pensar os diversos perigos de olhar para a história numa perspectiva “universalizante”

realidade vivida e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora, imposta pelos donos do poder do Brasil pós-1964: a mulher negra. (González, 2020, p. 101).

Para Lélia Gonzalez, o processo de modernização pode até ter favorecido à mulher na sua perspectiva universalizante, que obviamente, refere-se às mulheres não negras, sendo esta última “A grande excluída do projeto de modernização conservadora (p. 100). Em seu texto, *Mulher Negra* (Gonzalez, 2020), escrito nos anos 1970, a autora destaca a contínua inferiorização das mulheres negras na sociedade brasileira, sob o paradoxo de que a década de 1970 foi um período marcado pela luta das mulheres, mas marcadamente pela hegemonia de um feminismo liberal, branco e de classe média. A autora aponta que este movimento hegemônico não levava em consideração as especificidades das violências sofridas pelas mulheres negras. Enquanto as mulheres brancas discutiam suas necessidades de inserção no mercado de trabalho e igualdade salarial e de gênero, as mulheres negras ainda lutavam para serem reconhecidas enquanto gente. Essa cisão, marcada pelo racismo, reflete a heterogeneidade e as contradições inerentes à classe trabalhadora no Brasil.

Em seu texto *Por um feminismo afrolatinoamericano*, Gonzalez identifica o que chamou de um processo de “tripla discriminação” sofrida pelas mulheres negras. Nesta reflexão a autora sinaliza que:

No contexto das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se insere de maneira muito bem articulada, a desigualdade sexual. Essa é uma dupla discriminação contra as mulheres não brancas na região: as mulheres africanas e ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica – ou racial e sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região dependente de um capitalismo patriarcal e racista. Precisamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe: os ameríndios e afro-americanos fazem parte, em sua imensa maioria, do imenso proletariado latino-americano (González, 2020, p. 139).

O debate da tripla-discriminação apresentado na obra de Lélia Gonzalez, embora seja uma das suas principais construções teórico-metodológicas acerca da realidade brasileira, ainda é pouco discutido e evidenciado nos estudos de gênero, raça e classe. Mas do que uma reivindicação epistêmica, Lélia assenta sua análise numa leitura de totalidade histórica, ao abordar que as desigualdades de gênero e raça presentes no continente americano - ou Amefricano, como a autora prefere utilizar, faz parte de um processo articulado de exploração que transforma as diferenças em desigualdades como forma de manutenção da lógica de reprodução do capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Reprodução que precisa ser analisada em uma perspectiva de totalidade, entendendo não só a dinâmica da acumulação da mais-valia, os mecanismos de extração do trabalho excedente e de espoliação do(a) trabalhador(a), mas a totalidade da vida social, a unidade dos processos que constituem as relações sociais que, dentro e fora das esferas produtivas, são aprisionadas pelos grilhões do capital. Gonzalez ao trazer a condição social da mulher negra trabalhadora ao centro da análise, nos incita a inquirir a complexidade de processos constitutivos da reprodução do capital e da luta de classes, indicando como racismo e sexismo são determinações fundamentais à dinâmica da exploração. Adensar esse debate é a tarefa que se coloca, para os quais o estudo da dinâmica da reprodução social da força de trabalho se coloca como urgente (Souza, 2023; Souza e Santos, 2023).

Diante disso, vemos como possível estabelecer um frutífero diálogo entre Lélia Gonzalez e a Teoria da Reprodução Social (TRS), de Lise Vogel (2023), que reivindica as relações de classe, gênero e raça como uma totalidade e não meramente uma soma de opressões. A Teoria da Reprodução Social apresenta que a produção de bens de serviço e a produção da vida (e, portanto, da força de trabalho) fazem parte de um processo integrado e articulado para a plena manutenção do sistema capitalista (Bhattacharya, 2013). Por isso, as autoras que têm realizado este debate, destacam a importância da reprodução da classe trabalhadora, seja na esfera produtiva de mais-valia, como também na esfera não-produtiva de mais riqueza, mas sem a qual esta não pode existir, tendo como premissa que a reprodução social e as diversas tarefas de cuidado a ela associadas é o que garante a manutenção da mercadoria mais importante do sistema capitalista: a força de trabalho.⁹

Com isso, ressaltamos a importância da oxigenação desse debate, a partir das contribuições de Lélia, que já na década de 1970, compreendia que as funções relacionadas à reprodução social (ainda que não nesses termos), estavam majoritariamente a cargo das mulheres, e numa sociedade historicamente racista, as mulheres negras, eram/são as principais responsáveis pelas demandas da reprodução social (À exemplo, o trabalho doméstico remunerado, limpeza urbana, cozinhas, babás, e faxinas, que para além de um evidente marcador de gênero, tem a raça como selecionador destes postos de trabalho (Souza e Santos, 2023).

⁹ Bhattacharya (2013) aponta três processos interconectados fundamentais para reprodução social a) as atividades de regeneração da força de trabalho, como alimentação, sono adequado, cuidados psicológicos dentre outros. b) as atividades de cuidado que envolvem aqueles que não estão inseridos na esfera produção, crianças, idosos, pessoas adoecidas e as que estão fora do mercado de trabalho. c) E a reprodução de novos trabalhadores: gestação.

Em vista desses apontamentos, ao analisarmos a contemporaneidade do mercado de trabalho brasileiro, explicita-se que tais elementos, mas explicam muitas das contradições presentes nas abissais diferenças entre negros e não negros no mundo do trabalho. Portanto, é possível aferir a partir do referencial crítico que o racismo é estrutural e estruturante no conjunto das relações sociais, presente na dinâmica econômica, social e política, atravessando todas as esferas da vida (Almeida, 2019). E que sexismo faz com que as mulheres sejam responsabilizadas majoritariamente pela reprodução da classe trabalhadora. E por fim, a superexploração é a normalização da barbárie necessária para a constante extração da mais-valia, que coloca aos trabalhadores pretos, pobres, mulheres, migrantes e toda a classe a “liberdade” apenas para vender sua força de trabalho num mercado que nasce restrito e assim segue diante da crise do capital e seus desdobramentos sob a dinâmica da dependência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo apresentado, percebemos que mesmo com a indicação do crescimento da atividade econômica no Brasil, o mercado de trabalho continua um reflexo das desigualdades estruturais do país. Os trabalhadores negros enfrentaram mais dificuldades para conseguir trabalho, para progredir na carreira e para alçar postos com melhores salários. Quando se trata de mulheres negras essas barreiras são ainda maiores do que os homens.

Neste sentido, destacamos neste artigo, que as altas taxas de desocupação, informalidade e desproteção social de negros e negras no mercado de trabalho, correspondem à normalidade do capitalismo dependente brasileiro, no qual o desemprego é estrutural, a superexploração é a forma particular de extração de valor (Marini, 2011) e o racismo, sexismo são engrenagens fundamentais à organização dessa superexploração como padrão inerente às relações de produção-reprodução nesse território (Souza, 2023)

Portanto, neste breve resumo partimos de dados da realidade brasileira à luz da formação sócio-histórica do país para evidenciar que racismo, sexismo e superexploração da força de trabalho conformam uma tríade imobilizadora de negros e negras no mercado de trabalho e que isto não é uma “falha” do capitalismo brasileiro, muito menos resultado de uma “desigualdade social abstrata”, e sim *modus operandi* da normalidade ditada pelas relações entre capital e trabalho no Brasil. O desmonte dessa normalidade exige a supressão da hierarquização dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

indivíduos humanos por sua raça ou gênero. Exige a construção, portanto, de estratégias de luta anticapitalistas, que seja indissociavelmente antirracistas e antissexistas. Somente o reconhecimento da diversidade da classe trabalhadora e dos mecanismos de dominação que lhes são impostos pelos donatários do poder, poderemos avançar para a sua derrota.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BHATTACHARYA, T. “O que é a teoria da reprodução social?” Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução para o português publicada na Revista Outubro, n.32, 1º semestre, 2019

diálogos/organização Flavia Rios, Marcia Lima. – 1o ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

DIEESE. As dificuldades da população negra no mercado de trabalho: 2023.. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e

GORENDER, J.O *escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75

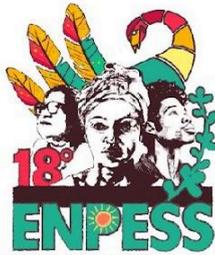
MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, n. 14, p. 124–137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20824/13425>. Acesso em: 28. jul. 2024

NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, Luiz. Populações marginais. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural : uma perspectiva histórico-crítica / Dennis de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Dandara, 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. 2021. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

SANTOS, Joyce. Travessias: itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis. 2023. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.301>.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. 1 ed.—São Paulo: HUCITEC, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. SANTOS, Joyce. Trabalho doméstico remunerado no Brasil: Elementos teórico-metodológicos para um debate crítico. In: PINHEIRO Manuella Aragão; SOUZA, Reivan Marinho (Org.). *O Trabalho na Encruzilhada* do Tempo Presente, Virtualização, Precarização e Controle. 1 ed. Maceió: Edufal, 2023.